

29 de Julho de 2005

CONTAS NACIONAIS 1995 A 2000 – BASE 2000

A revisão da base do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP) conduziu a uma reavaliação média do PIB para o período agora disponibilizado (1995-2000) de 4,9%, apresentando o ano de 1996 a menor reavaliação (4,2%) e 2000 a maior (5,5%). Este resultado decorre de um conjunto de ajustamentos introduzidos no processo de mudança de base, identificando-se como mais relevantes o novo tratamento dos SIFIM (serviços de intermediação financeira indirectamente medidos), o método de cálculo das rendas efectivas e de estimativa do arrendamento imputado, que no seu conjunto contribuem em cerca de 55% para o total da reavaliação registada em 2000.

NOVA SÉRIE DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS PORTUGUESAS

O Instituto Nacional de Estatística divulga a nova série do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas que tem 2000 como o ano de base e que se caracteriza, tal como em anteriores bases, pela incorporação de novas fontes estatísticas e pela introdução de ajustamentos metodológicos no processo de avaliação dos agregados macroeconómicos.

Os procedimentos introduzidos com a mudança de base de 1995 para 2000 têm como objectivo principal melhorar a exaustividade, a fiabilidade e a comparabilidade das estimativas, mediante a utilização de novas fontes de informação, a adopção de novos procedimentos e métodos de cálculo.

O processo de mudança de base conduziu à elaboração das contas anuais definitivas para os anos de 1999 e 2000 a preços correntes e a preços do ano anterior. Foi igualmente desenvolvido um processo de ajustamento das contas anuais elaboradas na anterior base para o período 1995 a 1998 que permitiu obter estimativas provisórias do PIB e dos principais agregados, estando em curso a aplicação de idêntico procedimento às contas anuais provisórias para o período 2001 a 2003. O método utilizado nesta ligação das séries baseou-se na aplicação de taxas de variação observadas na base 95 aos resultados da base 2000, tendo em conta aspectos relevantes das modificações introduzidas pela mudança de base, e num processo de equilíbrio final dos valores ajustados pelas ópticas da Oferta e da Despesa.

Os resultados daquele ajustamento, para o período 1995 a 1998, são igualmente divulgados neste destaque. No início de Agosto o INE divulgará idênticas estimativas para o período 2001 a 2003. Em Setembro, as Contas Trimestrais apresentarão as estimativas do segundo trimestre de 2005 e a série retrospectiva ao primeiro trimestre de 1995, igualmente na base 2000. O reporte de Agosto, no âmbito do PDE, integrará já os valores do PIB de 2004, de acordo com a série retrospectiva das Contas Trimestrais.

As diferenças entre o SCNP 95 e o SCNP 2000

As diferenças entre as estimativas do SCNP 2000 e a anterior série resultam de dois tipos de alterações, designadamente:

- (i) as alterações estatísticas que derivam da utilização e adaptação de novas fontes estatísticas e da aplicação de novos métodos e procedimentos de estimação;
- (ii) as alterações conceptuais que decorrem das modificações na metodologia base que rege a elaboração das Contas Nacionais – Sistema Europeu de Contas Nacionais (SEC95) – resultantes de decisões da Comissão, do Conselho ou do Parlamento da União Europeia.

Principais alterações estatísticas

1- Fontes

Relativamente à incorporação e adaptação de novas fontes estatísticas, destacam-se as seguintes como as mais relevantes:

- (i) Recenseamento Geral da Agricultura 1999 – RGA99
- (ii) Inquérito à Horticultura
- (iii) Inquérito à Floricultura
- (iv) Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 – IOF2000
- (v) Recenseamento Geral da População e da Habitação – Censos 2001
- (vi) Inquérito adicional às seguradoras com o objectivo de actualizar as estruturas dos tomadores de seguros.

2- Métodos

Referenciam-se as principais alterações introduzidas nos métodos de avaliação adoptados pela nova base do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas:

- (i) Construção do universo de extrapolação
- (ii) Criação da Unidade de Actividade Económica (UAE)
- (iii) Emprego – utilização das novas estimativas do Inquérito ao Emprego resultantes da incorporação dos resultados dos Censos 2001
- (iv) Remunerações – incorporação de nova informação; actualização do cálculo das remunerações em espécie e alargamento deste a diversos sectores de actividade
- (v) Margens de distribuição – separação entre margens comerciais e margens de transporte
- (vi) Comércio internacional – revisão das estimativas para as transacções abaixo do limiar de declaração nas trocas intracomunitárias; alterações na componente de comércio triangular

- (merchanting), na reavaliação do valor das grandes reparações, comércio governamental e fornecimentos à navegação, ouro não monetário e trocas de electricidade
- (vii) Variação de existências – tratamento dos ganhos de detenção e alteração do método de cálculo das existências e da valorização do envelhecimento do vinho
 - (viii) Sector automóvel – introdução de um novo método de avaliação das transacções no mercado interno e da partilha volume/preço
 - (ix) Restauração e alojamento; agências de viagem e operadores turísticos – avaliação destes sectores em articulação com a conta satélite do Turismo
 - (x) Rendas de habitação – utilização dos resultados dos Censos 2001 para o cálculo das rendas efectivas e estimativa das rendas imputadas
 - (xi) Adopção do método “caixa-ajustado” no tratamento dos Impostos Especiais sobre o Consumo e do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
 - (xii) Revisão global da classificação dos subsídios do FEOGA com base nas orientações estabelecidas no Grupo de Trabalho das Contas da Agricultura do EUROSTAT e no tratamento de informação de melhor qualidade com origem no IFADAP
 - (xiii) Actualização da estimativa dos dados das Instituições sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF) com base na actualização do universo efectuada pelo FGUE e os dados do emprego das actividades desenvolvidas pelas ISFLSF
 - (xiv) Reclassificação de unidades institucionais que passaram a integrar o sector das Sociedades Financeiras, designadamente, as Sociedades Gestoras de Participações Sociais, as empresas de ALD e actualização do universo dos auxiliares financeiros.

Principais alterações conceptuais

As alterações mais importantes a nível conceptual introduzidas com a base 2000 são as seguintes:

- (i) Repartição por utilizador dos Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos – SIFIM que anteriormente eram convencionalmente afectos à procura intermédia
- (ii) Valorização do crescimento natural das florestas como trabalhos em curso.

Impacto no PIB – efeitos da mudança de base

Os efeitos acumulados das alterações efectuadas determinaram uma reavaliação média do PIB para o período agora disponibilizado (1995-2000) de 4,9%, apresentando o ano de 1996 a menor reavaliação (4,2%) e 2000 a maior (5,5%).

O valor oficial do PIB é o apresentado com a presente série, série essa que, como acima foi referido, será completada a curto prazo para o período 2001 a 2003 e posteriormente integrada retrospectivamente pelas

Contas Trimestrais. No entanto, esta série coexistirá para já com uma série de PIB sem a incorporação da sectorização dos SIFIM para efeitos de transmissão e aplicação dos regulamentos comunitários, nomeadamente sobre os recursos próprios, notificação de dados no âmbito do PDE e transmissão dos questionários SEC). Por outro lado, a comparação entre as bases 95 e 2000 que será feita adiante, é efectuada com exclusão do efeito derivado da sectorização dos SIFIM nos valores relativos à base 2000, uma vez que não seria possível incluir este efeito na série da base 95.

O quadro seguinte evidencia o efeito das duas áreas com contributos individuais mais significativos para este acréscimo do PIB. O contributo dos serviços de intermediação financeira, que é responsável por uma subida do nível do PIB que varia entre 0.4% e 1.4%, tem uma origem conceptual, resultando da aplicação de Regulamentos Comunitários, aprovados posteriormente à entrada em vigor do SEC95. De entre as restantes alterações, o contributo mais significativo é o devido à reavaliação dos serviços de arrendamento de habitação, que é responsável por subidas entre 1,7% e 1,9 ao longo do período e que decorre apenas da incorporação de nova informação disponível, resultante do Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001.

As restantes alterações congregam efeitos cruzados diversos ao nível de nova, ou actualizada, informação de base, bem como dos procedimentos e métodos de tratamento/apropriação dessa mesma informação. Algumas das mudanças mais importantes introduzidas nesta nova base, a nível das fontes e dos métodos, serão referidos de forma mais detalhada ao longo do presente destaque.

IMPACTOS DA MUDANÇA DE BASE NO NÍVEL DO PIB

Ano	SCNP 2000	SCNP 1995	Diferenças				Diferenças %			
			Total	Derivadas SIFIM	Outras alterações		Total	Derivadas SIFIM	Outras alterações	
					Derivadas rendas	Outras alterações			Derivadas rendas	Outras alterações
1995	84 634	80 827	3 807	760	1 498	1 549	4.71	0.94	1.85	1.92
1996	89 851	86 230	3 621	305	1 580	1 736	4.20	0.35	1.83	2.01
1997	97 473	93 014	4 459	643	1 670	2 146	4.79	0.69	1.80	2.31
1998	105 927	100 962	4 965	674	1 746	2 545	4.92	0.67	1.73	2.52
1999	113 803	108 030	5 773	1 108	1 825	2 840	5.34	1.03	1.69	2.63
2000	121 883	115 548	6 335	1 581	1 903	2 851	5.48	1.37	1.65	2.47

Unidades: Milhões de euros e percentagens

A comparação entre a base 95 e 2000, que de seguida se apresenta, é realizada com exclusão do efeito derivado da sectorização dos valores dos SIFIM na base 2000 uma vez que, como atrás se referiu, não

seria possível incluir este efeito na base 95. O perfil da variação do PIB, em valor e volume, observável no quadro seguinte, não resultou significativamente alterado com os dados agora divulgados. Este comportamento era esperado, uma vez que o método de retropolação utilizado se baseou essencialmente, após a introdução de alguns ajustamentos para ter em conta aspectos relevantes introduzidos na nova base, na aplicação das taxas de variação observadas na base 95 aos novos resultados da base 2000. Importa, todavia, salientar que este procedimento foi aplicado à informação das contas anuais com elevado grau de detalhe e com uma prévia harmonização de nomenclaturas, de forma a possibilitar a máxima homogeneidade dos agregados de ambas as bases.

TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB – DIFERENÇAS ENTRE BASES

Ano	Variação – Valor			Variação – Volume		
	SCNP 2000	SCNP 1995	Diferença	SCNP 2000	SCNP 1995	Diferença
1996	6.76	6.69	0.08	3.56	3.55	0.02
1997	8.13	7.87	0.27	4.16	3.96	0.20
1998	8.70	8.55	0.15	4.69	4.58	0.11
1999	7.07	7.00	0.07	3.87	3.80	0.07
2000	6.75	6.96	-0.21	3.83	3.38	0.45

Unidade: Percentagens

Apresentam-se seguidamente os principais agregados macroeconómicos, nas ópticas da Despesa e da Oferta, em base 1995 e base 2000, evidenciando as respectivas diferenças. Para permitir uma comparação mais adequada entre as duas bases, os quadros apresentados não incluem o efeito resultante da alteração no tratamento específico dos SIFIM, que apenas foi introduzido na actual série. Consequentemente, os valores do PIB e restantes agregados, constantes dos quadros seguintes, reflectem esta opção, tomada apenas para melhor facilitar uma leitura comparativa das suas componentes, diferindo dos apresentados no quadro inicial – Impactos da mudança de base no nível do PIB – exactamente no montante relativo ao impacto da sectorização dos SIFIM.

PRINCIPAIS AGREGADOS – SCNP 2000 (excluindo sectorização dos SIFIM)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Despesa de Consumo Final das Famílias Residentes	52 740	56 271	60 002	64 792	69 607	74 137
Despesa de Consumo Final das ISFLSF	1 642	1 781	1 845	1 951	2 058	2 350
Despesa de Consumo Final das APUS	14 946	16 222	17 599	19 044	21 178	23 541
Formação Bruta de Capital	19 828	21 339	25 109	29 031	31 743	33 861
Exportação de Bens e Serviços (FOB)	24 173	25 406	27 814	30 551	31 537	35 951
Importação de Bens e Serviços (FOB)	29 455	31 473	35 539	40 116	43 428	49 538
PIB	83 874	89 546	96 830	105 253	112 695	120 302
Valor Acrescentado Bruto	77 027	81 844	88 906	95 957	102 170	109 639
Agricultura, Silvicultura e Pesca	4 433	4 500	4 093	4 110	4 078	4 143
Indústria, incluindo energia	17 041	18 430	19 589	20 831	21 500	21 919
Construção	4 907	5 287	6 232	6 987	7 457	8 345
Comércio e Reparação; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações	18 770	19 548	21 417	23 203	24 438	26 416
Actividades Financeiras; Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	15 569	16 340	18 326	19 993	21 686	23 152
Outras actividades e serviços	16 307	17 739	19 249	20 833	23 011	25 664
SIFIM	-3 688	-3 695	-4 312	-4 563	-4 676	-5 062
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	10 535	11 397	12 236	13 859	15 201	15 725
PIB	83 874	89 546	96 830	105 253	112 695	120 302

Unidade: Milhões de euros

PRINCIPAIS AGREGADOS – SCNP 1995

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Despesa de Consumo Final das Famílias Residentes	49 905	53 255	56 672	61 233	65 769	69 755
Despesa de Consumo Final das ISFLSF	1 288	1 411	1 461	1 543	1 626	1 829
Despesa de Consumo Final das APUS	15 032	16 331	17 704	19 124	21 254	23 697
Formação Bruta de Capital	19 623	20 907	24 376	27 974	30 585	33 242
Exportação de Bens e Serviços (FOB)	24 433	25 731	28 291	31 136	32 089	36 449
Importação de Bens e Serviços (FOB)	29 454	31 405	35 490	40 048	43 293	49 424
PIB	80 827	86 230	93 014	100 962	108 030	115 548
Valor Acrescentado Bruto	73 980	78 539	85 103	91 721	97 489	104 686
Agricultura, Silvicultura e Pesca	3 810	3 882	3 541	3 577	3 587	3 602
Indústria, incluindo energia	17 274	18 482	19 410	20 324	20 947	21 775
Construção	4 867	5 274	6 152	6 814	7 283	8 106
Comércio e Reparação; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações	17 580	18 469	20 178	22 044	23 016	24 724
Actividades Financeiras; Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	13 466	13 989	15 829	17 248	18 685	19 831
Outras actividades e serviços	16 983	18 443	19 993	21 714	23 971	26 648
SIFIM	-3 688	-3 695	-4 312	-4 563	-4 676	-5 062
Impostos Líquidos de subsídios sobre os produtos	10 535	11 386	12 223	13 804	15 217	15 924
PIB	80 827	86 230	93 014	100 962	108 030	115 548

Unidade: Milhões de euros

DIFERENÇAS NOS PRINCIPAIS AGREGADOS – SCNP 2000 RELATIVAMENTE AO SCNP1995

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Despesa de Consumo Final das Famílias Residentes	2 835	3 016	3 330	3 559	3 838	4 382
Despesa de Consumo Final das ISFLSF	354	370	384	408	432	521
Despesa de Consumo Final das APUS	-86	-109	-105	-80	-76	-156
Formação Bruta de Capital	205	432	733	1 057	1 158	619
Exportação de Bens e Serviços (FOB)	-260	-325	-477	-585	-552	-498
Importação de Bens e Serviços (FOB)	1	68	49	68	135	114
PIB	3 047	3 316	3 816	4 291	4 665	4 754
Valor Acrescentado Bruto	3 047	3 305	3 803	4 236	4 681	4 953
Agricultura, Silvicultura e Pesca	623	618	552	533	491	541
Indústria, incluindo energia	-233	-52	179	507	553	144
Construção	40	13	80	173	174	239
Comércio e Reparação; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações	1 190	1 079	1 239	1 159	1 422	1 692
Actividades Financeiras; Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	2 103	2 351	2 497	2 745	3 001	3 321
Outras actividades e serviços	-676	-704	-744	-881	-960	-984
SIFIM	0	0	0	0	0	0
Impostos Líquidos de subsídios sobre os produtos	0	11	13	55	-16	-199
PIB	3 047	3 316	3 816	4 291	4 665	4 754

Unidade: Milhões de euros

Breve análise às alterações ocorridas entre a base 95 e a base 2000

A despesa de consumo final das famílias é o agregado que apresenta maior reavaliação face à anterior base (4 382 milhões de Euros). Para além do acentuado contributo resultante da componente “Rendas de habitação” (1 903 milhões de Euros), destaca-se o acréscimo significativo na despesa de consumo de têxteis, de mobiliário, de químicos (medicamentos e produtos de beleza) e de serviços de restauração e de bebidas. As publicações, os produtos de óptica e os serviços associados ao turismo (agencias de viagens, pacotes turísticos e transporte aéreo) apresentam também valores superiores aos da base 95, ainda que o diferencial seja mais moderado. As razões que explicam os novos níveis de despesa destes agregados são de vária ordem, destacando-se no essencial quatro:

- (i) o recurso a informação mais precisa (nomeadamente na área dos medicamentos);
- (ii) a incorporação dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000, ainda que com efeitos transversais a todos os produtos e não apenas aos acima mencionados;
- (iii) a produção de novas estimativas para os fluxos de comércio externo (importações e exportações) não declarados pelas unidades económicas ao INE, por os valores das transacções se encontrarem abaixo do “limiar de declaração”; e
- (iv) a reavaliação global dos níveis da actividade económica no território, resultantes no essencial de novos patamares de emprego, determinados pelo Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001. Com efeito, um nível mais elevado de emprego eleva a produção nacional, com acréscimo de recursos no mercado interno, parte dos quais tem como destino o Consumo Privado, tanto mais que o nível das exportações foi revisto em baixa pelas razões que serão explicitadas adiante.

A revisão em alta da despesa de Consumo Final das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias, e das demais variáveis deste sector, prende-se essencialmente com a operação de actualização do Universo de Referência, levada a cabo pelo INE – SFUE. As alterações verificadas na despesa de Consumo Final das Administrações Públicas, resultam essencialmente da reclassificação de uma parte dos custos da Administração Local, que na anterior base estavam a ser considerados em Despesa de Consumo Final, mas que na realidade correspondiam a despesas de Investimento.

O acréscimo verificado ao nível da FBCF é resultado de alterações introduzidas em três componentes deste agregado: produtos da agricultura (efectivo pecuário, essencialmente), material de transporte e produtos da construção. Para cada uma destas componentes, as justificações são distintas. Assim, a reavaliação dos efectivos pecuários resulta da informação mais actual obtida através do Recenseamento Geral da Agricultura, realizado em 1999 e cujos resultados foram incorporados na base 2000. Já no que respeita ao material de transporte, a revisão ficou a dever-se à classificação em investimento, e não em consumo intermédio como ocorria na base 95, de parte significativa dos recursos (nacionais ou importados). Finalmente, o acréscimo de FBCF em construção, resultou da classificação em investimento de parte da despesa da Administração Local, conforme explicitado acima; do processo de valorização do auto-investimento em construção, realizado pelos mais diversos ramos de actividade económica; e finalmente, à reclassificação em FBCF de parte significativa de produtos acabados que anteriormente eram classificado em variação de existências. Importa esclarecer que, quer a reclassificação da despesa da Administração Local, quer a da variação de existências, não produzem qualquer efeito no PIB mas apenas na sua composição. Note-se ainda que a alteração efectuada no que se refere à Administração Local, resulta da apropriação da informação do Inquérito ao Autoinvestimento, o qual permitiu identificar e quantificar o investimento realizado pela Administração Local com meios próprios.

No que respeita ao comércio externo de bens e serviços, observa-se uma revisão em baixa das exportações e um acréscimo nas importações, quando comparadas com a base de 95. As causas que estão na

estão na origem das alterações verificadas são, no essencial duas: o processo de novas estimativas para os fluxos de comércio intracomunitário de bens que, atendendo ao montante transaccionado, não são de declaração obrigatória ao INE (sistema INTRASTAT); a revisão de alguns fluxos relativos ao comércio governamental e fornecimentos à navegação.

Quanto às alterações ocorridas ao nível do VAB, destacam-se apenas as principais causas. Assim, no sector primário, a revisão prende-se com a incorporação de nova informação estatística, com destaque para o Recenseamento Geral da Agricultura e dos inquéritos aos produtos hortícolas e às flores e plantas ornamentais, mas também com a introdução de uma alteração conceptual: a valorização do crescimento natural das florestas como trabalhos em curso. Este último procedimento, embora previsto pelo SEC 95 no momento da implementação da base 95, não tinha sido anteriormente introduzido no SCNP, por dificuldades na obtenção de informação.

No agregado “Comércio e Reparação; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações”, o acréscimo observado resulta do efeito conjugado de reavaliações com sinais contrários. Ocorreu uma reavaliação em alta nos sectores da Restauração e outra com mesmo sinal mas de menor escala, no Comércio a retalho e nos Serviços anexos e auxiliares aos transportes, incluindo as agências de viagens e operadores turísticos. Ocorreu uma reavaliação em baixa, de menor dimensão do que a anterior, no sector do Comércio e reparação automóvel. As alterações verificadas têm duas causas principais: por um lado, a nova informação sobre o emprego, incorporando os resultados do Recenseamento 2001, que eleva em cerca de 8% o emprego do conjunto do agregado “Comércio e Reparação; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações”; por outro lado, uma análise mais detalhada dos microdados dos vários ramos que compõem este agregado conduziu ao tratamento de respostas extremas, o que se saldou pela revisão em alta ao nível dos dados de base.

No sector das “Actividades Financeiras; Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas”, o essencial da reavaliação observada decorre, como já mencionado anteriormente, das novas estimativas para as rendas de habitação.

As “Outras Actividades de Serviços” são o único agregado que apresenta um decréscimo face à base anterior. A metodologia de construção do Universo de Referência das Contas Nacionais permitiu maior exaustividade para os diversos sectores de actividade, diminuindo significativamente a parcela de emprego a redistribuir *a posteriori*, parte importante da qual acabava por ser afectada às “Outras Actividades de Serviços”. Consequentemente, este agregado diminui a sua importância relativa na economia, contrariamente à generalidade dos restantes ramos de actividade económica.

EMPREGO E REMUNERAÇÕES – 2000

	Emprego Indivíduos Total	Emprego Indivíduos Remunera- dos	Emprego Volume Total	Emprego Volume Remunera- dos	Remunerações
Agricultura, Silvicultura e Pesca	634	92	532	87	705
Indústria, incluindo energia	1 075	1 001	1 065	992	12 192
Construção	581	449	576	447	5 177
Comércio e Reparação; Alojamento e Restaura- ção; Transportes e Comunicações	1 204	1 028	1 203	1 025	14 555
Actividades Financeiras; Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	363	315	371	304	6 989
Outras actividades e serviços	1 153	1 117	1 135	1 066	21 424
Total	5 010	4 002	4 882	3 921	61 042

Unidades: Remunerações – milhões de euros; Emprego – milhares

Em termos de Emprego, a base 2000 adopta as novas estimativas do Inquérito ao Emprego resultantes da incorporação dos resultados dos Censos 2001, o que conduziu à revisão em alta do emprego implícito na base 95. O acréscimo observado no ano 2000 foi de 86 338 indivíduos empregados o que corresponde a 1,8% em nível.

No que respeita às remunerações, observa-se um crescimento significativo face à base anterior de 797 994 milhões de Euros (7,0%). Duas razões fundamentais estão na base das alterações verificadas. Uma prende-se com a actualização do cálculo das remunerações em espécie nos sectores já considerados na base 95 e com o seu alargamento à generalidade dos sectores de actividade. Mas a alteração fundamental resulta da classificação do emprego em Remunerado e Não Remunerado. Com efeito, na presente base, o designado “adicional de emprego” (diferencial de emprego observado entre as fontes da oferta e da procura de emprego) foi afectado não apenas a emprego não remunerado (emprego por conta própria) mas também a emprego remunerado (emprego por conta de outrem). Esta opção conduziu no essencial ao acréscimo do emprego remunerado, e conseqüentemente das remunerações, e ao decréscimo do emprego não remunerado com contrapartida equivalente no rendimento misto. Não resultaram desta opção, necessariamente, alterações ao nível do rendimento das famílias.

As contas dos sectores institucionais

Os quadros seguintes apresentam os aspectos mais relevantes introduzidos pela base 2000 nas contas dos sectores institucionais. A informação apresentada, designadamente, a distribuição do rendimento primário e do rendimento disponível, o consumo e a poupança, as despesas de acumulação e o saldo das contas não financeiras, fornece uma indicação sobre as modificações entre a base 1995 e a base 2000 assim como a nova estrutura da distribuição dos principais agregados da Economia Portuguesa pelos cinco

sectores institucionais residentes: S11 (Sociedades não financeiras), S12 (Sociedades Financeiras), S13 (Administrações Públicas), S14 (Famílias) e S15 (Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias - ISFLSF), assim como alguns dos saldos que representam a contrapartida de operações com o exterior S2 (Resto do Mundo).

As alterações introduzidas pela base 2000, nomeadamente a reavaliação do PIB, tiveram os seus impactos mais evidentes, ao nível dos sectores institucionais, na estrutura de algumas das componentes das contas das Sociedades não Financeiras e das Famílias. No quadro global da sequência de contas dos sectores institucionais, o maior contributo para o PIB, via VAB das Sociedades não Financeiras teve um efeito paralelo nas Remunerações dos trabalhadores pagas por este sector institucional e recebidas pelas Famílias, e na Despesa de Consumo Final das Famílias. Ao nível dos outros sectores institucionais, destacam-se os seguintes aspectos:

- (i) a incorporação no sector das Sociedades Financeiras da parte da actividade de aluguer de longa duração (ALD) que funciona como sistema de financiamento para a aquisição de veículos automóveis;
- (ii) a actualização da estrutura de tomadores de seguros para os diferentes ramos desta actividade;
- (iii) a actualização do universo das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF – S15);
- (iv) a consolidação para algumas das estimativas de operações com o Resto do Mundo, decorrentes do trabalho que já vinha sendo desenvolvido nas contas provisórias e da articulação mais adequada com os dados da Balança de Pagamentos;
- (v) a actualização das estimativas para algumas das operações para as quais foram identificadas deficiências na cobertura estatística;
- (vi) as reclassificações de operações e ainda alguns ajustamentos intersectoriais.

Paralelamente aos trabalhos sobre a nova base, foi desenvolvida a alteração metodológica que introduz a repartição, pelos sectores utilizadores, dos serviços de intermediação financeira indirectamente medidos (SIFIM). Esta alteração metodológica é agora apresentada exclusivamente em termos do seu impacto final nas componentes da despesa. Devido a questões de articulação dos calendários a cumprir segundo os vários regulamentos que determinam a transmissão de dados das Contas Nacionais (regulamentos sobre os recursos próprios, regulamentos sobre a notificação dos dados no âmbito do PDE, regulamentos sobre a transmissão dos questionários SEC95), será necessário manter ainda as duas versões das contas no que respeita ao tratamento sobre os SIFIM, ou seja, uma versão mantendo a convenção anterior de não afectação dos SIFIM aos utilizadores e outra versão com a sectorização dos SIFIM. Neste contexto, para evitar uma duplicação dos dados mais detalhados, optou-se por divulgar apenas o efeito desta alteração no PIB e componentes, conforme o quadro seguinte.

SECTORIZAÇÃO DOS SIFIM

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
PIB (antes sectorização SIFIM)	83 874	89 546	96 830	105 253	112 695	120 302
Repartição dos SIFIM						
Consumo Intermédio	2 242	2 360	2 759	3 019	2 968	3 149
Consumo Final	1 270	1 052	1 113	1 018	1 217	1 667
Despesa de Consumo Final das Famílias	1 014	862	971	920	1 138	1 581
Despesa de Consumo Final das ISFLSFs	3	2	2	6	10	17
Despesa de Consumo Final das APUS	253	188	140	92	69	69
Exportações Líquidas de Importações	-510	-747	-470	-344	-109	-86
PIB (após sectorização SIFIM)	86 634	89 851	97 473	105 927	113 803	121 883

Unidade: Milhões de euros

A descrição mais detalhada das alterações metodológicas e/ou incorporação de novas fontes para a base 2000, decorrentes das contas dos sectores institucionais, são apresentadas junto com os dados detalhados a divulgar no site do INE.

Rendimento Primário

De acordo com as novas estimativas da base 2000, verifica-se uma alteração no contributo de cada sector institucional para o PIB, traduzida num reforço do peso do sector das Sociedades não Financeiras (S11) e dos Particulares (sectores das Famílias e ISFLSF – S14 e S15) e na diminuição relativa do peso do VAB das Sociedades Financeiras e das Administrações Públicas. Esta situação é o reflexo da reavaliação da actividade produtiva introduzida com esta nova base, com efeitos mais significativos no sector S11, enquanto que os sectores S12 e S13, por terem já na base de 1995 uma cobertura praticamente exhaustiva, não sofreram alterações significativas.

O sector institucional que registou a variação mais significativa no saldo dos rendimentos primários foi o das Famílias, situação decorrente principalmente da reavaliação das remunerações, já referida. Em sentido oposto, destaca-se o sector das Administrações Públicas para o qual, a reavaliação introduzidas pela nova estimativa do consumo de capital fixo e pela reclassificação de operações de impostos e subsídios, resultaram num efeito conjugado de quebra do saldo dos rendimentos primários entre as duas bases.

DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DO RENDIMENTO

Sector	Operações, outros fluxos e saldos	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total (PIB)
			Sociedades não- financeiras	Sociedades financeiras	Administra- ções públi- cas	Famílias + ISFLSF	Total da economia (PIB)	Resto do mundo	
	Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector institucional e PIB	2000 Base 2000	57 155	6 397	19 306	26 781	120 302		120 302
	VAB em % do PIB	% PIB	47,51	5,32	16,05	22,26			
	Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector institucional e PIB	2000 Base 1995	53 444	6 328	19 547	25 368	115 548		115 548
	VAB em % do PIB	% PIB	46,25	5,48	16,92	21,95			
	Saldo dos Rendimentos Primários (bruto) /Rendimento Nacional Bruto	2000 Base 2000	13 925	3 027	14 316	86 226	117 494		117 494
		2000 Base 1995	13 456	2 918	14 961	81 434	112 769		112 769

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Rendimento Disponível, Consumo e Poupança

A nível da distribuição secundária, não se registaram alterações muito significativas no conjunto das transferências correntes recebidas e pagas pelas Famílias e ISFLSF, verificando-se que a reavaliação observada no rendimento disponível, para o conjunto destes sectores, reflecte basicamente o efeito, já observado no saldo anterior, do aumento das remunerações dos trabalhadores e a respectiva contrapartida nas contribuições e prestações sociais. O contributo dos impostos sobre o rendimento e das outras transferências correntes para os saldos dos sectores institucionais reflecte o que já se referiu sobre a reavaliação, na base 2000, das Sociedades Financeiras, das Administrações Públicas e também das alterações às contas do Resto do Mundo, sectores que determinam fundamentalmente o nível daquelas operações. A variação da despesa de consumo final dos Particulares (S14 e S15) situou-se um pouco acima da variação do Rendimento Disponível. A evolução destes agregados conduziu a uma ligeira quebra da taxa de poupança, entre as duas bases, para o conjunto destes dois sectores (Famílias e ISFLSF), passando, em 2000, de 10,98% na base 1995 para 10,29% na base 2000.

DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DO RENDIMENTO, CONSUMO E POUPANÇA

Operações, outros fluxos e saldos	Sectores	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
			Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Rendimento Disponível Bruto		2000 Base 2000	8 856	3 188	24 333	84 328	120 705		120 705
		% PIB	7,36	2,65	20,23	70,10	100,33		
		2000 Base 1995	9 038	2 870	24 478	79 662	116 048		116 048
		% PIB	7,82	2,48	21,18	68,94	100,43		
Despesa de Consumo Final		2000 Base 2000			23 541	76 487	100 028		100 028
		2000 Base 1995			23 697	71 584	95 281		95 281
Poupança Bruta		2000 Base 2000	8 856	2 348	792	8 681	20 677		20 677
		2000 Base 1995	9 038	2 206	781	8 743	20 767		20 767
Taxa de Poupança = Poupança / Rendimento Disponível		2000 Base 2000	100,00%	73,65%	3,25%	10,29%	17,13%		
		2000 Base 1995	100,00%	76,86%	3,19%	10,98%	17,90%		
Saldo Externo Corrente		2000 Base 2000						13 184	13 184
		2000 Base 1995						12 475	12 475

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Financiamento da Economia

As alterações da base 2000 apresentadas decorrem basicamente dos ajustamentos operados entre os sectores residentes que, como se depreende, não tiveram efeito significativo no endividamento da economia face ao exterior quer em termos absolutos quer medido em percentagem do PIB. Assim, a necessidade de financiamento do país passou, em 2000, de -9,05% do PIB segundo a base 95 para -9,28% de acordo com a base de 2000. Em termos sectoriais verifica-se uma ligeira melhoria da capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras e um ligeiro agravamento na necessidade das Sociedades não Financeiras.

DESPESAS DE ACUMULAÇÃO E SALDO DAS CONTAS NÃO FINANCEIRAS

Sector	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Formação bruta de capital	2000 Base 2000	18 877	915	4 586	9 483	33 861		33 861
	2000 Base 1995	18 411	924	4 445	9 462	33 242		33 242
Consumo de capital fixo	2000 Base 2000	10 676	616	2 128	5 811	19 230		19 230
	2000 Base 1995	11 465	771	2 401	5 453	20 091		20 091
Capacidade Necessidade líquida de financiamento	2000 Base 2000	- 10 097	1 215	- 3 548	1 264	- 11 165	11 165	0
% PIB		-8,39	1,01	-2,95	1,05	-9,28		
Capacidade Necessidade líquida de financiamento	2000 Base 1995	-9 375	1 063	-3 348	1 206	-10 455	10 455	0
% PIB		-8,11	0,92	-2,90	1,04	-9,05		

Unidades: Milhões de euros e percentagens

ANEXOS

Os quadros seguintes sintetizam os principais agregados macroeconómicos do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas, em base 2000.

Por motivo de arredondamentos, é possível que se verifiquem pequenas diferenças entre os valores constantes do presente anexo e os dos quadros anteriores. É também possível que esta situação se possa verificar igualmente ao nível da informação detalhada, a disponibilizar no site do INE.

1 – PRODUTO INTERNO BRUTO – Preços correntes

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Óptica da Produção						
Valor Acrescentado Bruto a preços de base	73 339	78 149	84 594	91 394	97 494	104 577
Impostos líquidos de Subsídios sobre os produtos	10 535	11 397	12 236	13 859	15 201	15 725
Produto Interno Bruto a preços de mercado	83 874	89 546	96 830	105 253	112 695	120 302
Óptica da Despesa						
Despesa de Consumo Final	69 328	74 274	79 446	85 787	92 843	100 028
Despesa de Consumo Final das Famílias Residentes	52 740	56 271	60 002	64 792	69 607	74 137
Despesa de Consumo Final das ISFLSF	1 642	1 781	1 845	1 951	2 058	2 350
Despesa de Consumo Final das APUS	14 946	16 222	17 599	19 044	21 178	23 541
Formação Bruta de Capital	19 828	21 339	25 109	29 031	31 743	33 861
Formação Bruta de Capital Fixo	19 159	20 841	24 692	28 244	30 617	33 103
Variação de Existências	592	408	323	682	989	596
Aquisição Líquida de Cessações de Objectos de Valor	77	90	94	105	137	162
Exportações de Bens e Serviços	24 173	25 406	27 814	30 551	31 537	35 951
Exportação de Bens (FOB)	19 231	20 528	22 367	24 119	24 730	28 286
Exportação de Serviços	4 942	4 878	5 447	6 432	6 807	7 665
Importações de Bens e Serviços	29 455	31 473	35 539	40 116	43 428	49 538
Importação de Bens (FOB)	25 101	26 897	30 606	34 451	37 609	43 002
Importações de Serviços	4 354	4 576	4 933	5 665	5 819	6 536
Produto Interno Bruto a preços de mercado	83 874	89 546	96 830	105 253	112 695	120 302

Unidade: Milhões de euros

2 – PRODUTO INTERNO BRUTO – Preços do ano anterior

	1996	1997	1998	1999	2000
Óptica da Produção					
Valor Acrescentado Bruto a preços de base	75 854	81 304	87 850	94 353	101 188
Impostos líquidos de Subsídios sobre os produtos	11 008	11 969	13 519	14 971	15 826
Produto Interno Bruto a preços de mercado	86 862	93 273	101 369	109 324	117 014
Óptica da Despesa					
Despesa de Consumo Final	71 540	76 677	83 302	90 271	96 197
Despesa de Consumo Final das Famílias Residentes	54 390	58 271	63 060	68 193	72 118
Despesa de Consumo Final das ISFLSF	1 706	1 822	1 890	1 968	2 159
Despesa de Consumo Final das APUS	15 444	16 584	18 352	20 110	21 920
Formação Bruta de Capital	20 653	24 196	28 390	31 167	32 400
Formação Bruta de Capital Fixo	20 238	23 817	27 585	29 983	31 682
Variação de Existências	330	302	698	1 033	569
Aquisição líquida de Cessações de Objectos de Valor	85	77	107	151	149
Exportações de Bens e Serviços	25 625	26 972	30 286	31 470	34 163
Exportação de Bens (FOB)	20 951	21 730	24 050	24 787	26 791
Exportação de Serviços	4 674	5 242	6 236	6 683	7 372
Importações de Bens e Serviços	30 956	34 572	40 609	43 584	45 746
Importação de Bens (FOB)	26 536	29 906	35 040	37 898	39 553
Importações de Serviços	4 420	4 666	5 569	5 686	6 193
Produto Interno Bruto a preços de mercado	86 862	93 273	101 369	109 324	117 014

Unidade: Milhões de euros

3 – VALOR ACRESCENTADO BRUTO – Preços correntes

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aqüicultura	4 433	4 500	4 093	4 110	4 078	4 143
Indústria, incluindo energia	17 041	18 430	19 589	20 831	21 500	21 919
Construção	4 907	5 287	6 232	6 987	7 457	8 345
Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração; transportes e comunicações	18 770	19 548	21 417	23 203	24 438	26 416
Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	15 569	16 340	18 326	19 993	21 686	23 152
Outras actividades de serviços	16 307	17 739	19 249	20 833	23 011	25 664
SIFIM	- 3 688	- 3 695	- 4 312	- 4 563	- 4 676	- 5 062
Total VAB a preços de base	73 339	78 149	84 594	91 394	97 494	104 577

Unidade: Milhões de euros

4 – VALOR ACRESCENTADO BRUTO – Preços do ano anterior

	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aqüicultura	4 663	4 125	3 949	4 346	3 922
Indústria, incluindo energia	18 454	19 535	20 321	21 008	22 205
Construção	4 989	5 743	6 638	7 159	7 934
Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração; transportes e comunicações	18 966	20 583	22 539	24 160	25 898
Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	15 818	17 723	19 885	21 699	22 753
Outras actividades de serviços	16 677	18 013	19 686	21 511	23 738
SIFIM	- 3 713	- 4 418	- 5 168	- 5 530	- 5 262
Total VAB a preços de base	75 854	81 304	87 850	94 353	101 188

Unidade: Milhões de euros

5 – CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS – Preços correntes

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	10.765	11.264	11.622	12.703	12.501	12.948
Bebidas alcoólicas, tabaco, narcóticos e estupefacientes	1.639	1.722	1.782	1.933	2.811	2.905
Vestuário e calçado	4.715	4.937	5.243	5.658	5.801	6.080
Habituação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	8 304	8 783	9 323	9 958	9 524	10 095
Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	4 202	4 577	4 956	5 444	5 509	5 901
Saúde	3 247	3 375	3 614	3 824	3 425	3 731
Transportes	7 228	7 870	8 598	9 680	11 647	12 594
Comunicações	1 618	1 770	2 014	2 131	1 758	1 992
Lazer, recreação e cultura	3 163	3 432	3 767	3 983	4 666	5 077
Ensino	668	737	753	803	849	921
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	5 956	6 185	6 588	7 222	7 488	8 181
Outros bens e serviços	3 356	3 651	4 044	4 321	6 495	7 042
Despesa de Consumo Final no Território Económico	54 861	58 303	62 304	67 660	72 474	77 467
Despesas efectuadas fora do território económico por residentes	1 311	1 457	1 509	1 730	1 763	2 011
Despesas efectuadas no território económico por não residentes	3 432	3 489	3 811	4 598	4 630	5 341
Despesa de Consumo Final dos Residentes	52 740	56 271	60 002	64 792	69 607	74 137

Unidade: Milhões de euros

6 – CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS – Preços do ano anterior

	1996	1997	1998	1999	2000
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	10 992	11 476	12 128	13 064	12 688
Bebidas alcoólicas, tabaco, narcóticos e estupefacientes	1 679	1 761	1 874	1 991	2 874
Vestuário e calçado	4 826	5 185	5 678	5 750	6 032
Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	8 518	9 019	9 689	10 398	9 780
Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	4 434	4 844	5 375	5 714	5 721
Saúde	3 260	3 401	3 713	4 004	3 621
Transportes	7 554	8 285	9 485	10 615	12 086
Comunicações	1 660	1 912	2 136	2 386	2 082
Lazer, recreação e cultura	3 257	3 647	3 917	4 257	4 969
Ensino	692	708	757	813	877
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	6 035	6 442	6 910	7 332	7 891
Outros bens e serviços	3 439	3 819	4 187	4 697	6 734
Despesa de Consumo Final no Território Económico	56 346	60 499	65 849	71 021	75 355
Despesas efectuadas fora do território económico por residentes	1 406	1 450	1 683	1 720	1 950
Despesas efectuadas no território económico por não residentes	3 362	3 678	4 472	4 548	5 187
Despesa de Consumo Final dos Residentes	54 390	58 271	63 060	68 193	72 118

Unidade: Milhões de euros